

NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) vêm a público manifestarem-se sobre a polêmica instaurada pela imprensa sobre a adoção do livro "Por uma vida melhor", de autoria de Heloisa Ramos, pelo Ministério da Educação. Consideraram que as críticas que vêm sendo difundidas pelos meios de comunicação são infundadas, além de contribuírem para o preconceito e a discriminação social. Diante disso, as referidas entidades assumem o depoimento da pesquisadora Marlene Carvalho, como expressão de sua posição crítica.

Brasília, 27 de maio de 2011.

A fala dos pobres: muito barulho por nada

Trabalho há mais de 20 anos com formação inicial e continuada de professores do ensino fundamental e tenho procurado discutir com eles sobre a legitimidade dos falares populares, a necessidade de reconhecer que a língua dos pobres tem regras próprias, expressividade e economia de recursos. Não é prestigiada socialmente, não tem valor no mercado de empregos de colarinho branco, não é admitida na Academia, mas, do ponto de vista linguístico, é tão boa quanto o dialeto chamado padrão. A diferença maior é que os falantes do dialeto padrão têm o poder político, social e econômico que falta aos pobres. Não cabe à escola ignorar, ou censurar as variantes populares, mas sim respeitar a fala dos alunos e, ao mesmo tempo, ensinar a todos a empregar também a norma culta em ocasiões sociais que exigem um registro formal da língua e, principalmente, como usá-la na escrita. Sobre isso é que interessa discutir agora, e não dar continuidade a esta polêmica estéril sobre um livro destinado a jovens e adultos que reconhece a existência e a legitimidade de formas verbais típicas dos dialetos populares. As pessoas que criticaram o livro em questão – que provavelmente não leram - devem ler o capítulo "Escrever é diferente de falar", para constatar que a autora assume uma posição equilibrada e academicamente justificada em relação às variações dialetais. Além disso, o capítulo contém numerosos exercícios de concordância nominal e verbal e pontuação, rigorosamente de acordo com a gramática da norma culta. Uma ou duas frases, fora do contexto do capítulo, estão sendo utilizadas para condenar um livro e a posição da autora em favor da língua dos pobres.

Marlene Carvalho, professora aposentada da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação (LEDUC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).